



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

**JUCEMG**

SEDE - BELO HORIZONTE

Ato: 880 - 12/06/2015 12:37



15/383.781-1

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

**31300011798**

Código da Natureza Jurídica

**2046**

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

**1 - REQUERIMENTO**

**ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

NOME: **ALGAR TELECOM S/A**

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J153712763707

Nº DE VIAS

**1**

CÓDIGO DO ATO

**980**

CÓDIGO DO EVENTO

**-**

QTDE

**-**

DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

**ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBENTURES**

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

**UBERLANDIA**

Local

Nome:

**Emmanuel Marques de Souza**

Assinatura:

Telefone de Contato:

**(34) 3218-3030**

**11 Junho 2015**

Data

**2 - USO DA JUNTA COMERCIAL**

☐ DECISÃO SINGULAR

☒ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem À decisão

**12, 6, 2015**

Data

☐ NÃO

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

**Ligia Xerxes de Souza Dutra**  
Diretora de Registro Empresarial  
JUCEMG - MASP 1042169-6

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência

☐ Processo deferido. F

☐ Processo indeferido.



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: ED.000.214-5/000

EM 15/06/2015

ALGAR TELECOM S/A

PROTOCOLO: 15/383.781-1

**AN1637406**

**Marinely de Paula Bomfim**  
SECRETÁRIA-GERAL

**JUCEMG**

xigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

**12, 06, 15**

Data

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Vogal

Vogal

Presidente da 5ª Turna

OBSERVAÇÕES

*Identidade signatário capa anexa ao protocolo*

**15383777-2**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5525188 em 15/06/2015 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 153837811 - 12/06/2015. Autenticação: C17D43C94A750BBF4B922C012B59FE7EDEFB4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 15/383.781-1 e o código de segurança OaLL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

**Marinely de Paula Bomfim**  
SECRETÁRIA-GERAL

X L

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA ALGAR TELECOM S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

**ALGAR TELECOM S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), como categoria "B", nos termos da Instrução da CVM n.º 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), com sede na cidade de Uberlândia, estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, n.º 415, Bairro Brasil, CEP 38400-668, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 71.208.516/0001-74, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o NIRE 313.000.117-98, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e

como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da quarta emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade limitada com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 10º andar, CEP 04538-132, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 67.030.395/0001-46, neste ato representado na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário");

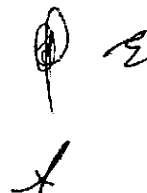
vêm por esta celebrar, na melhor forma de direito, o presente "Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, da Algar Telecom S.A. ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA EMISSÃO**

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 10 de junho de 2015 ("RCA"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS**







Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5525188 em 15/06/2015 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 153837811 - 12/06/2015. Autenticação: C17D43C94A750BBF4B922C012B59FE7EDEFB4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 15/383.781-1 e o código de segurança OaLL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/54

8 L

A emissão das Debêntures será realizada com observância dos seguintes requisitos:

## **2.1. Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, a Emissão será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") apenas com o intuito de envio de dados para a base de dados da ANBIMA, de acordo com o disposto no artigo 1º, §2º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", de 30 de janeiro de 2014, atualmente em vigor ("Código ANBIMA"), desde que sejam expedidas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da ANBIMA, até a data do protocolo do comunicado de encerramento na CVM.


## **2.2. Arquivamento na JUCEMG e Publicação da Ata da RCA**

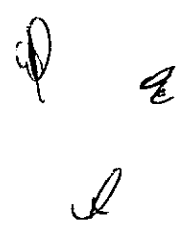
2.2.1. A ata da RCA que deliberou a Emissão será arquivada na JUCEMG e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e (ii) jornal Correio de Uberlândia, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

## **2.3. Registro da Escritura de Emissão**

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão protocolados para registro na JUCEMG em até 3 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva assinatura, de acordo com o inciso II e o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser entregues cópias dos protocolos dos respectivos pedidos de registro ao Agente Fiduciário 5 (cinco) Dias Úteis após a data do efetivo protocolo.

2.3.2. Após a realização dos registros mencionados no item 2.3.1. acima, deverá ser enviado ao Agente Fiduciário a versão assinada digitalmente pela JUCEMG 5 (cinco) Dias Úteis após a data do efetivo registro.







42

## 2.4. Registro para Colocação, Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.3. Não obstante o descrito no item 2.4.2. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido no item 4.1.3. abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos contados da data de cada subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, dos itens descritos no artigo 17 da Instrução CVM 476.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. Objeto Social

3.1.1. A Emissora tem por objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, sempre em conformidade com as outorgas que lhe conferem tais direitos de exploração, observado que na consecução de seu objeto, a Emissora poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, e também: (i) comercializar equipamentos e acessórios pertinentes à sua atividade; (ii) participar do capital de outras empresas do ramo de telecomunicações e serviços de valor adicionado ao de telecomunicações, observado o que dispõe a política nacional de telecomunicações; (iii) promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; (iv) prestar serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações; (v) exercer atividades de estudos e pesquisas visando o desenvolvimento do setor de telecomunicações; (vi) celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades objetivando a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e (vii) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.





Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5525188 em 15/06/2015 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 153837811 - 12/06/2015. Autenticação: C17D43C94A750BBF4B922C012B59FE7EDEFB4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 15/383.781-1 e o código de segurança OaLL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/54

df L

### **3.2. Série**

3.2.1. A Emissão será realizada em uma única série.

### **3.3. Valor Total da Emissão**

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão").

### **3.4. Quantidade de Debêntures**

3.4.1. Serão emitidas 200 (duzentas) Debêntures.

### **3.5. Destinação dos Recursos**

3.5.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados para o financiamento de investimentos da Emissora (CAPEX).

### **3.6. Número da Emissão**

3.6.1. Esta Escritura de Emissão representa a quarta emissão de debêntures da Emissora.

### **3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

3.7.1. O banco liquidante será o Itaú Unibanco S.A, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), e o Escriturador Mandatário será a Itaú Corretora de Valores Mobiliários, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

### **3.8. Imunidade ou Isenção de Debenturistas**

3.8.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



KL

descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

## CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures ("Oferta Restrita"), com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 4ª (Quarta) Emissão da Algar Telecom S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), nos termos do item 4.1.3 abaixo, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita será composto por investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409") observado ainda o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

4.1.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM 409, para fins da Oferta Restrita: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

4.1.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

  
- - -  
  
  






✱ L

4.1.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

4.1.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

#### **4.2. Data de Emissão das Debêntures**

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 12 de junho de 2015 ("Data de Emissão").

#### **4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures**

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

#### **4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures**

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautela ou certificados, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### **4.5. Espécie**

  
   
A



4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações. Desse modo, não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão.

#### 4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização das Debêntures, e serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP ("Preço de Subscrição").

#### 4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.7.1. Ressalvadas as possibilidades de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e de resgate antecipado das Debêntures, as Debêntures terão prazo de vigência de 8 (oito) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 12 de junho de 2023 ("Data de Vencimento").

#### 4.8. Amortização Programada

4.8.1. Ressalvada as possibilidades de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e de resgate antecipado das Debêntures, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado anualmente, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive, sendo devida a primeira parcela no dia 12 de junho de 2018 e a última na Data de Vencimento, nas datas e percentuais indicados na tabela abaixo (cada data de amortização das Debêntures, uma "Data de Amortização das Debêntures")

| Parcela | Data de Amortização | Percentual de Amortização       |
|---------|---------------------|---------------------------------|
| 1ª      | 12/06/2018          | 16,66%                          |
| 2ª      | 12/06/2019          | 16,66%                          |
| 3ª      | 12/06/2020          | 16,66%                          |
| 4ª      | 12/06/2021          | 16,66%                          |
| 5ª      | 12/06/2022          | 16,66%                          |
| 6ª      | 12/06/2023          | saldo do Valor Nominal Unitário |





#### 4.9. Remuneração

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado monetariamente por qualquer índice.

4.9.2. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa ("Spread") de 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

4.9.4. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

|             |  |
|-------------|--|
| J           | valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;       |
| VNe         | Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento; |
| Fator Juros | Fator de juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:   |

$$\text{Fator Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{Fator Spread})$$



φ L

**FatorDI** produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

**k** número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

**nDI** número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

**TDI<sub>k</sub>** Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

**DI<sub>k</sub>** Taxa DI, de ordem k divulgada pela CETIP válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

**FatorSpread** Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

φ  
A



8 L

*Spread* 2,5000;

*DP* É o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

4.9.4.1. O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.9.4.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.9.4.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.9.4.4. O fator resultante da expressão  $(FatorDI \times FatorSpread)$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.4.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.5. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido), e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.6. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.6.1. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis, após a data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação

P

8

2

J







2

judicial da Taxa DI, será convocada pelo Agente Fiduciário uma Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, a ser realizada dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias corridos, contados da nova publicação do edital de convocação relativo a segunda convocação, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora e, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em prazo superior que venha a ser definido de comum acordo em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão das Debêntures ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.6.2. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.7. Caso a Taxa DI volte a ser apurada/divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.6.1. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas deverá estabelecer que a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

#### 4.10. Pagamento da Remuneração



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5525188 em 15/06/2015 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 153837811 - 12/06/2015. Autenticação: C17D43C94A750BBF4B922C012B59FE7EDEFB4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 15/383.781-1 e o código de segurança OaLL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 12/54

✗ L

4.10.1. A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 12 de dezembro de 2015, e os demais pagamentos no dia 12 dos meses de junho e dezembro subsequentes, devendo o último pagamento ocorrer na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer o resgate antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, se for o caso) ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.10.2. Farão jus aos pagamentos de Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração prevista na presente Escritura de Emissão e/ou eventual aditamento a esta Escritura de Emissão.

#### **4.11. Repactuação Programada**

4.11.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### **4.12. Aditamento à Presente Escritura de Emissão**

4.12.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser celebrados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, e posteriormente arquivados na JUCEMG, nos termos do item 2.3.1. acima.

#### **4.13. Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa**

##### **4.13.1 Resgate Antecipado Facultativo**

4.13.1.1. A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), não sendo permitido o resgate parcial das Debêntures.

4.13.1.2. A Emissora deverá comunicar, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis, a data da efetiva realização do Resgate Antecipado Facultativo por meio de aviso publicado nos termos do item 4.19. desta Escritura de Emissão ("Edital de Resgate Antecipado Facultativo").

4.13.1.3. O Edital de Resgate Antecipado Facultativo deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; (ii) o valor do prêmio de Resgate Antecipado Facultativo, conforme item 4.13.1.4. abaixo; e (iii)

✗



✓ L

quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

4.13.1.4. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo ("Valor de Resgate para o Resgate Antecipado Facultativo"); (ii) de demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo; e (iii) de prêmio incidente sobre o Valor de Resgate para o Resgate Antecipado Facultativo, a ser calculado conforme a tabela abaixo:

| Data do Resgate Antecipado   | Prêmio |
|--|--------|
| Em até 12 meses contados da Data de Emissão (inclusive)                    | 1,10%  |
| De 12 meses (exclusive) a 24 meses (inclusive) contados da Data de Emissão | 1,00%  |
| De 24 meses (exclusive) a 36 meses (inclusive) contados da Data de Emissão | 0,90%  |
| De 36 meses (exclusive) a 48 meses (inclusive) contados da Data de Emissão | 0,80%  |
| De 48 meses (exclusive) a 60 meses (inclusive) contados da Data de Emissão | 0,70%  |
| De 60 meses (exclusive) a 72 meses (inclusive) contados da Data de Emissão | 0,60%  |
| De 72 meses (exclusive) a 84 meses (inclusive) contados da Data de Emissão | 0,45%  |
| De 84 meses (exclusive) a 96 meses (inclusive) contados da Data de Emissão | 0,25%  |

4.13.1.5. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado Facultativo será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou (ii) mediante depósito em conta corrente, conforme indicada por cada Debenturista, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

D

P

E

J





4/2

4.13.1.6. A Emissora deverá comunicar a realização do Resgate Antecipado Facultativo à CETIP por meio de correspondência escrita com o de acordo do Agente Fiduciário no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da realização resgate antecipado das Debêntures.

4.13.7. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

#### 4.13.2. Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures

4.13.2.1. A Emissora poderá realizar oferta de resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures ("Oferta de Resgate Antecipado"), endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de sua titularidade, a ser realizada nos termos dessa Escritura de Emissão.

4.13.2.2. A Emissora deverá comunicar todos os Debenturistas sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da efetiva realização do resgate ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (i) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures a serem resgatadas ("Data de Resgate Antecipado das Debêntures"); (ii) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo, (iii) a forma e prazo para manifestação à Emissora do Debenturista que aceitar a Oferta de Resgate Antecipado, (iv) se a Oferta de Resgate Antecipado é sobre parte ou a totalidade das Debêntures, e (v) demais informações necessárias para operacionalização do resgate antecipado e à tomada de decisão pelos Debenturistas.

4.13.2.3 Após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar formalmente neste sentido à Emissora, e em conformidade com o disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, findo o qual, a Emissora terá o prazo de 7 (sete) Dias Úteis para realizar os pagamentos devidos em razão do resgate antecipado das Debêntures, sendo certo que todas as Debêntures objeto do resgate serão liquidadas em uma única data.

4.13.2.4. O valor a ser pago aos Debenturistas que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso,

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page.



KL

e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora ("Preço de Oferta de Resgate").

4.13.2.5 Caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures das que poderão ser resgatadas, com base no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá operacionalizar o sorteio. Neste caso para as Debêntures custodiadas na CETIP, serão adotados os procedimentos estabelecidos pela CETIP, sendo que, neste caso, as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.13.2.6 O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.13.2.7. A Emissora deverá comunicar a realização do resgate antecipado à CETIP por meio de correspondência escrita com o de acordo do Agente Fiduciário no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência contado da realização do resgate antecipado das Debêntures.

4.13.2.8. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

#### **4.13.3. Amortização Extraordinária Facultativa**

4.13.3.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária facultativa parcial do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, mediante notificação prévia aos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário, Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e à CETIP ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas nos termos do item 4.19. abaixo, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do efetivo resgate ("Amortização Extraordinária" e "Comunicação de Amortização Extraordinária", respectivamente). A CETIP, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário deverão ser comunicados da realização da Amortização

KL  
A



48 L

Extraordinária com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data da Amortização Extraordinária.

4.13.3.2. Na Comunicação de Amortização Extraordinária deverá constar (a) a data e o procedimento de Amortização Extraordinária, observada a legislação pertinente, bem como os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (b) menção ao valor do pagamento devido aos Debenturistas, incluindo o valor do prêmio a ser pago, conforme disposto no item 4.13.3.3. abaixo; e (c) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas.

4.13.3.3. Os valores pagos pela Emissora a título de Amortização Extraordinária será equivalente a um determinado percentual incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme informado na Comunicação de Amortização Extraordinária, em todo o caso limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido (i) da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva amortização ("Valor da Amortização Extraordinária"); (ii) demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária, se houver; e (iii) de prêmio incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária, conforme informado na Comunicação de Amortização Extraordinária, em todo o caso limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da respectiva Remuneração, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva amortização, conforme tabela abaixo:

| Data da Amortização Extraordinária   | Prêmio |
|--|--------|
| Em até 12 meses contados da Data de Emissão (inclusive)                    | 1,10%  |
| De 12 meses (exclusive) a 24 meses (inclusive) contados da Data de Emissão | 1,00%  |
| De 24 meses (exclusive) a 36 meses (inclusive) contados da Data de Emissão | 0,90%  |
| De 36 meses (exclusive) a 48 meses (inclusive) contados da Data de Emissão | 0,80%  |
| De 48 meses (exclusive) a 60 meses (inclusive) contados da Data de Emissão | 0,70%  |
| De 60 meses (exclusive) a 72 meses (inclusive) contados da Data de Emissão | 0,60%  |

1

2

3

4



KL

|  |       |
|--|-------|
| De 72 meses (exclusive) a 84 meses (inclusive) contados da Data de Emissão | 0,45% |
| De 84 meses (exclusive) a 96 meses (inclusive) contados da Data de Emissão | 0,25% |

4.13.3.4. A data da Amortização Extraordinária deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

4.13.3.5. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado pela Emissora na data indicada na Comunicação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

4.13.3.6. As Partes, desde já, estabelecem que não será necessária a celebração de qualquer tipo de aditamento ou qualquer formalidade adicional à esta Escritura de Emissão em decorrência da Amortização Extraordinária das Debêntures.

#### 4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. Observado o disposto nos itens 4.14.2 a 4.14.4 abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento a partir da data em que for verificada pelo Agente Fiduciário a ocorrência das seguintes hipóteses (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) (i) decretação de falência da Emissora ou qualquer de suas controladas; (ii) pedido de autofalência pela Emissora ou qualquer de suas controladas; (iii) pedido de falência da Emissora ou de suas controladas formulado por terceiros não elidido no prazo legal; ou (iv) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou qualquer de suas controladas, ressalvado o disposto na alínea (q) abaixo;
- (b) propositura, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda,

Handwritten initials and marks: a large 'Q' with a dot, a circled 'e', and a signature-like mark.



✗ L

ingresso, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas, em juízo, com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

- (c) protestos de títulos contra a Emissora ou qualquer de suas controladas, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação à Emissora ou qualquer de suas controladas, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido obtida a medida judicial adequada para a anulação ou sustação de seus efeitos; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi pago, depositado ou garantido em juízo;
- (d) extinção, perda ou transferência (total ou parcial) de qualquer concessão, permissão ou autorização concedida à Emissora e/ou a qualquer controlada para a prestação de serviços de telefonia fixa e/ou móvel, ou intervenção, pelo poder concedente, em qualquer concessão, permissão ou autorização concedida à Emissora e/ou a qualquer controlada e/ou na Emissora e/ou em qualquer controlada para a prestação de serviços de telefonia fixa e/ou móvel;
- (e) pagamentos pela Emissora na forma de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, amortização de ações ou outras formas de bonificação em dinheiro e/ou remuneração, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
- (f) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes desta Emissão, não sanada no prazo de 1 (um) dia útil das respectivas datas de pagamento;
- (g) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias decorrentes desta Emissão não sanado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto nesta alínea não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

✗

✗



FL

- (h) se a Emissora ou qualquer de suas controladas inadimplir qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) mantida junto a instituições financeiras, exceto se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento tiver a anuência expressa do credor correspondente conforme comprovado ao agente fiduciário;
- (i) se a Emissora ou qualquer de suas controladas inadimplir qualquer dívida financeira diversa da contemplada na alínea "h" acima, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento tiver a anuência expressa do credor correspondente conforme comprovado ao agente fiduciário;
- (j) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira da Emissora ou qualquer de suas controladas em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) mantida junto a instituições financeiras;
- (k) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira da Emissora ou qualquer de suas controladas diversa da contemplada na alínea "j" acima em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- (l) as declarações prestadas pela Emissora e as obrigações da Emissora, constantes dos documentos da Oferta Restrita, forem descumpridas e/ou provarem-se falsas, enganosas ou incorretas;
- (m) a Emissora transferir, prometer transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações para si decorrentes dos Documentos da Oferta (conforme termo definido abaixo), quando aplicável, sem a prévia e expressa anuência de 75% (setecentas e cinco) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim;
- (n) realização de redução de capital social da Emissora, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, ressalvado o disposto na alínea (q) abaixo;






✓ L

- (o) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na perda, pela Emissora e/ou por suas controladas, de ativos em valor, individual ou agregado, superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Para os fins desta cláusula, o evento de vencimento antecipado não será acionado caso haja a substituição, em até 10 (dez) dias úteis contados da decisão final e irreversível relacionada à desapropriação, confisco ou medida similar, por outros ativos ou valores em montante equivalente ao ativo desapropriado, confiscado ou objeto de medida similar;
- (p) descumprimento, pela Emissora, de decisão ou sentença judicial condenatória transitada em julgado ou decisão arbitral final, contra a Emissora em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (q) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária, envolvendo a Emissora e/ou qualquer controlada, exceto (i) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Emissora, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares; ou (ii) exclusivamente no caso de cisão da Emissora, se a referida operação for realizada dentro do grupo econômico da Emissora, não reduzir o patrimônio líquido da controladora da Emissora e as novas empresas resultantes da cisão tornem-se fiadoras desta Emissão, ressalvada as disposições do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; ou (iii) se as referidas operações (não contempladas no inciso "ii" desta alínea) forem realizadas entre empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Emissora e não reduzirem o patrimônio líquido da controladora da Emissora, ressalvada as disposições do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) se houver qualquer transferência de controle societário direto ou indireto da Emissora, inclusive por meio de reorganização societária, exceto se referida transferência de controle societário direto ou indireto da Emissora for realizado entre empresas pertencentes ao seu grupo econômico;
- (s) se a Emissora, a partir da Data de Emissão das Debêntures, conceder mútuos, empréstimos ou adiantamentos, bem como avais, fianças ou outras garantias para quaisquer sociedades que não sejam suas controladas, cujos valores ao longo da vigência das Debêntures ultrapassem, individual ou cumulativamente, o valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

D

P

z

f






4 L

- (t) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, realizada sem o prévio consentimento dos Debenturistas representantes de 75% das Debêntures em Circulação, exceto se (i) tal alteração não resultar na mudança da atividade principal da Emissora; ou (ii) sejam alterações necessárias à manutenção das atividades da Emissora; ou (iii) seja decorrente de fusão, cisão e/ou incorporação de quaisquer das controladas da Emissora; ou (iv) seja decorrente de determinação legal ou ato do órgão regulador;
- (u) transformação da Emissora em sociedade limitada nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos do item 3.5 acima;
- (w) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das Debêntures, bem como caso a Emissão e/ou os respectivos Documentos da Oferta tornarem-se inválidos ou ineficazes, e tal efeito não for revertido no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento de notificação pela Emissora; e
- (x) não cumprimento pela Emissora, de qualquer dos índices financeiros abaixo indicados ("Índices Financeiros"), a serem acompanhados semestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, calculadas semestralmente, baseadas nos últimos 12 (doze) meses, sendo que a primeira medição deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras consolidadas de 30 de junho de 2015, sendo "Índices Financeiros" entendidos como: (i) Dívida Financeira Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,25 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos); e (ii) EBITDA/Despesa Financeira Líquida superior ou igual a 2,00 (dois inteiros). Para fins de cálculo dos Índices Financeiros, serão consideradas as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

Para fins desta Escritura de Emissão:

- (i) considera-se como "Dívida Financeira Líquida": (a) a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, mútuos, arrendamento mercantil, os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional e o resultado líquido das operações



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5525188 em 15/06/2015 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 153837811 - 12/06/2015. Autenticação: C17D43C94A750BBF4B922C012B59FE7EDEFB4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 15/383.781-1 e o código de segurança OaLL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 22/54

decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos; (b) diminuída pelo saldo de disponibilidades em caixa e aplicações financeiras.

(ii) considera-se como “EBITDA”: o lucro (prejuízo) líquido do período, acrescido do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, Despesa Financeira Líquida, depreciação e amortização, sendo que o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 meses.

(iii) considera-se como “Despesa Financeira”: as despesas calculadas pelo regime de competência referentes a: (i) juros sobre dívidas financeiras, incluindo juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, arrendamento mercantil e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional; (ii) despesas financeiras referentes a mútuos; (iii) despesas de variação monetária e cambial de juros e principal, das modalidades referidas nos itens i e ii acima; (iv) despesas financeiras referentes a operações com derivativos.

(iv) considera-se como “Receita Financeira”: as receitas calculadas pelo regime de competência referentes a: (i) receitas de aplicações financeiras; (ii) receita financeiras referentes a mútuos; (iii) receitas de variação monetária e cambial de juros e principal sobre as dívidas financeiras, incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, mútuos, arrendamento mercantil e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional; e (iv) receitas financeiras referentes a operações com derivativos.

(v) considera-se como “Despesa Financeira Líquida”: a Despesa Financeira diminuída pela Receita Financeira.

4.14.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (f), (m), (u), (v), e (w) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ou mesmo consulta aos respectivos Debenturistas.

4.14.3. Na ocorrência dos demais eventos previstos no item 4.14.1 acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de



✕ L

Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que, na hipótese de segunda convocação o edital deverá ser publicado no primeiro Dia Útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da primeira convocação.

4.14.4. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.14.3. acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, desde que por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.14.5. A não instalação da referida Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quorum será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.14.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do Vencimento Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas à Emissora por meio de carta protocolizada ou encaminhada com aviso de recebimento, no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos no item 4.15 abaixo.

4.14.6.1. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 4.14.6. acima, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

#### **4.15. Multa e Juros Moratórios**

4.15.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impropriedade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação



ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

#### **4.16. Atraso no Recebimento dos Pagamentos**

4.16.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.15. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

#### **4.17. Forma e Local de Pagamento**

4.17.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Escriturador Mandatário ou na sede da Emissora, se for o caso.

#### **4.18. Prorrogação dos Prazos**

4.18.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista e decorrente desta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, feriado declarado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação de prazo quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para fins desta Escritura de Emissão será considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

#### **4.19. Publicidade**

4.19.1. Os atos societários da Emissora serão publicados nos jornais usualmente utilizados pela Emissora, quais sejam: o (i) Diário Oficial do Estado de Minas Gerais; e (ii) jornal Correio de Uberlândia. Não obstante, todas as publicações, exceto atos societários, que tiverem relação



com a Emissão ou envolvam interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos ou anúncios, no (i) Diário Oficial do Estado de Minas Gerais; e (ii) jornal Correio de Uberlândia, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – internet (www.algartelem.com.br). A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

#### **4.20. Aquisição Facultativa**

4.20.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observados os prazos estabelecidos na Instrução CVM 476, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

5.1. Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável, a Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário caso não estejam disponíveis na página da Emissora, e/ou na página da CVM na internet:
  - (i) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social ou de cada trimestre social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes conforme exigido pela legislação aplicável, bem como o relatório consolidado da memória de cálculo dos Índices Financeiros, devidamente auditado e revisado, conforme o caso, pelos auditores independentes contratados pela Emissora, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do quociente Dívida Líquida/EBITDA e do quociente EBITDA/Despesa Financeira Líquida e





X L

de declaração assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (ii) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (iii) cumprimento da obrigação de manutenção do registro de companhia aberta; (iv) cumprimento da obrigação de manutenção de departamento para atendimento de Debenturista; e (v) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (ii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM 480, nos prazos ali previstos e, dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas informações trimestrais (ITRs), acompanhadas de relatório de revisão especial, emitido por auditor independente registrado na CVM;
- (iii) no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, qualquer informação relevante que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário com relação à si ou, ainda, de interesse dos Debenturistas, desde que tais informações sejam relevantes para a presente Emissão e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora ou que a Emissora não esteja autorizada a divulgar nos termos da regulamentação aplicável;
- (iv) em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência relevante ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa às Debêntures ou à presente Escritura de Emissão;
- (v) no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data em que a Emissora tomar ciência de sua ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos na presente Escritura de Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;

R

1

e

A



✓ 1

- (vi) confirmar, quando solicitado, ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão. Para fins de clareza, a comunicação tratada neste inciso terá caráter meramente elucidatório; e
- (vii) atas de assembleias gerais da Emissora, em até 7 (sete) Dias Úteis contados de sua realização, avisos aos Debenturistas que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no terceiro Dia Útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (b) disponibilizar aos seus acionistas e aos Debenturistas as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas e aprovadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (c) estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender de forma eficiente às solicitações dos Debenturistas, podendo utilizar para esse fim a estrutura e órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (d) convocar, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer matéria que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (e) informar o Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.14. desta Escritura de Emissão;
- (f) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (g) notificar em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) façam com que as demonstrações

1

1

1

1



2

financeiras disponibilizadas não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;

- (h) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;
- (i) cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (j) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário;
- (k) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (l) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (m) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora, exceto no que se referir a concessões, autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;
- (n) manter atualizado seu registro de companhia aberta perante a CVM;
- (o) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (p) manter sua contabilidade atualizada e submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;

2

2

2



86 L

- (q) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na internet, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (r) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CETIP, pela ANBIMA e/ou pela CVM, conforme aplicável;
- (s) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (t) cumprir as leis, os regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, bem como exceto por aquelas cujo descumprimento não afete de modo adverso e relevante a capacidade de cumprir qualquer das obrigações da Emissora no âmbito da Emissão;
- (u) manter os documentos mencionados na alínea (q) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (v) utilizar os recursos oriundos da Emissão exclusivamente conforme descrito na Destinação de Recursos nesta Escritura de Emissão;
- (w) prestar informações aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da respectiva solicitação, sobre qualquer autuação realizada por autoridades governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa de concorrência, entre outras, em relação à Emissora;
- (x) cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o

86 L



4 2

meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- (y) notificar, em até 3 (três) Dias Úteis, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
- (z) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (aa) notificar em até 3 (três) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes por atos ou fatos ocorridos antes da celebração dessa Escritura de Emissão e que venham a ser constatadas após a data de celebração desta Escritura de Emissão;
- (bb) manter, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos pela Instrução CVM 476. Os documentos e informações podem ser mantidos em meios físicos ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas;
- (cc) assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Oferta Restrita não sejam empregados em (i) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem indevida a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiros pessoas relacionadas; (ii) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou atos de corrupção em geral em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras; e (iii) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública nos termos das Leis Anticorrupção (conforme definido abaixo);
- (dd) até a Data de Vencimento, observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, por suas coligadas e seus Representantes (conforme abaixo definido) toda e qualquer qualquer Lei Anticorrupção, bem como abster-se de praticar quaisquer das Condutas Indevidas (conforme abaixo definido), devendo (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Leis Anticorrupção; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta Restrita; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e

4

4

2

4







9/1

de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias;

- (ee) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, cumprir com todas as obrigações de companhia aberta previstas na Instrução CVM 480; e
- (ff) enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado na alínea (k) da Cláusula 6.5., no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea (m) do item 6.5. abaixo.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1 (I) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 30 (trinta) dias corridos;
- (c) *conference calls* e contatos telefônicos;
- (d) despesas de viagem, estadias, transportes e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário e devidamente comprovadas;





Ø L

- (e) despesas com especialistas, tais como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures; e
- (f) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.3.1. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva cópia da nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais em ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a Planner Trustee DTVM Ltda., que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

Ø

Ø

Ø



12

- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (j) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (k) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil; e
- (l) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que não participa de outras emissões, pública ou privada, feitas pela própria companhia emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora..

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição ou, caso ainda restem obrigações inadimplidas da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão após a Data de Vencimento, até que todas as

12

12

12



KL

obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o montante anual bruto de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), sendo devida a 1ª parcela 10 dias após a assinatura da Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes. ("Remuneração do Agente Fiduciário").

6.4.1. As parcelas citadas neste item 6.4 serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

6.4.2. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na Escritura de Emissão das Debêntures ou em caso de reestruturação prévia das condições das debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) a assessoria aos titulares das debêntures, (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das debêntures, (c) a implementação das consequentes decisões dos titulares das debêntures e da Emissora, e para (d) a execução das garantias ou das debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado.

6.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.4. As parcelas citadas neste item 6.4 serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes na data de cada pagamento.

Q A E



ds L

6.4.5. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.6. A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEMG, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem

Handwritten signatures and initials: a large 'P' and 'A', and a small 'E'.



X L

como das demais comarcas em que a Emissora exerçam suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;

- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, às expensas desta;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios anuais destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  - a. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
  - b. alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - f. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - g. relação dos bens e valores entregues à administração do Agente Fiduciário;

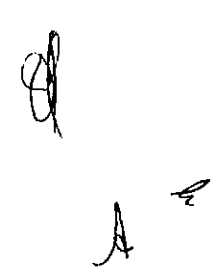
  A E



X L

- h. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- i. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria companhia emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
  - (i) denominação da companhia ofertante;
  - (ii) valor da emissão;
  - (iii) quantidade de debêntures emitidas;
  - (iv) espécie;
  - (v) prazo de vencimento das debêntures;
  - (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
  - (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplimento no período.
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (l) divulgar as informações referidas na alínea “i” do item (i) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (m) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
  - a. na sede da Emissora;
  - b. na sede do Agente Fiduciário;

P.







Ø L

- c. na CVM;
  - d. na CETIP; e
  - e. na sede do Coordenador Líder.
- 
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora efetua suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
  - (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquiriras Debêntures, expressamente autorizam, desde já, a CETIP, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
  - (p) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
  - (q) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.19. acima, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data em que tomou ciência do evento a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
  - (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
  - (s) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua central de atendimento e/ou *website*, o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a ser calculado pela Emissora;

P,

Ø

A =



8 L

- (t) acompanhar com o Banco Liquidante em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão; e
- (u) acompanhar a manutenção dos Índices Financeiros, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e informar imediatamente os titulares de Debêntures de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros.

6.6. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.7. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da presente Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

6.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.9. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução

R

d e f



✂ L

CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.10. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para verificar o atendimento dos Índices Financeiros.

6.11. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.11.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.14. desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), (c) e (e) do item 6.11. acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar pela unanimidade dos Debenturistas. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.12. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não




Ø L

resultará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.12.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.12.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.12.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração paga ao Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.12.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.




6.12.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.12 acima.

6.12.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.19 acima.

6.12.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.



8 L

7.2. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, conforme item 4.19. acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.3. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

7.4. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 8 (oito) dias, contados da nova publicação do edital de convocação.

7.6. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.7. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.8. Para efeito da constituição do *quorum* de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

R.

Q

L



V L

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.11. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.12. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive: (i) com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro *quorum* específico; (ii) alteração, perdão e/ou renúncia temporária a qualquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 4.14. acima; (iii) modificação dos *quoruns* de deliberação estabelecidos nesta Cláusula Sétima; (iv) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta; (v) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta; e/ou (vi) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Sétima.

7.13. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) a Data de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; e/ou (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures.

7.14. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.15. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.






Ø L

## CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM devidamente atualizado, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014, bem como as informações financeiras trimestrais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;

Ø

Ø

A e



46 L

- (f) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.5. acima;
- (g) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- (h) está cumprindo, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativas e/ou judicial, bem como exceto por aqueles cujo descumprimento não afete de modo adverso e relevante a capacidade de cumprir qualquer das obrigações da Emissora no âmbito da Emissão;
- (i) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras e/ou informações trimestrais ou de outra forma informados por escrito à totalidade dos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, não há, na presente data, qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- (j) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Emissora e à Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (l) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (m) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;



- X /
- (n) não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para realização da Emissão e da Oferta Restrita;
- (o) inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa causar um efeito adverso relevante na Emissora; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;
- (p) até a presente data, nem a Emissora nem qualquer uma de suas respectivas afiliadas, diretores, membros de conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em seu benefício e/ou de suas afiliadas ("Representantes"): (i) usou os seus recursos e/ou de suas afiliadas para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (ii) fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (iii) violou qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, mas não se limitando a, a Lei nº 12.846/13 ("Leis Anticorrupção"); ou (iv) fez qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal;
- (q) está, assim como suas controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um efeito adverso relevante na Emissora; e
- (r) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao regular exercício de suas atividades.

#### CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

D

e

J



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5525188 em 15/06/2015 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 153837811 - 12/06/2015. Autenticação: C17D43C94A750BBF4B922C012B59FE7EDEFB4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 15/383.781-1 e o código de segurança OaLL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 47/54

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**ALGAR TELECOM S.A.**

Rua José Alves Garcia, nº 415 – Bairro Brasil  
Uberlândia, MG  
CEP: 38400-668

At.: Tatiane de Souza Lemes Panato

Telefone: (34) 3256-2010

Correio Eletrônico: [ri@algartelecom.com.br](mailto:ri@algartelecom.com.br) / [tatianes@algartelecom.com.br](mailto:tatianes@algartelecom.com.br) /  
[erikaa@algartelecom.com.br](mailto:erikaa@algartelecom.com.br) / [marcella@algartelecom.com.br](mailto:marcella@algartelecom.com.br)

**Para o Agente Fiduciário:**

**PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar  
CEP: 04.538-132

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Telefone: (11) 2172-2600

Fac-símile: (11) 3078-7264

Correio Eletrônico: [vrodriques@planner.com.br](mailto:vrodriques@planner.com.br) / [tlima@planner.com.br](mailto:tlima@planner.com.br) /  
[fiduciario@planner.com.br](mailto:fiduciario@planner.com.br)

**Para o Banco Liquidante:**

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B - Térreo  
Tatuapé, CEP: 03084-010  
São Paulo/SP

At.: Douglas Callegari

Telefone: (11) 2797-4431

Fac-símile: (11) 2797-3140

**Para o Escriturador Mandatário:**

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B - Térreo



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5525188 em 15/06/2015 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 153837811 - 12/06/2015. Autenticação: C17D43C94A750BBF4B922C012B59FE7EDEFB4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 15/383.781-1 e o código de segurança OaLL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 48/54

X L

Tatuapé, CEP: 03084-010  
São Paulo/SP  
At.: Douglas Callegari  
Telefone: (11) 2797-4431  
Fac-símile: (11) 2797-3140  
Correio Eletrônico: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano  
São Paulo – SP  
CEP: 01452-001  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fac-símile: (11) 3111-1564  
Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de recebimento de "aviso de entrega e leitura". Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

**CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

D.  
X



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5525188 em 15/06/2015 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 153837811 - 12/06/2015. Autenticação: C17D43C94A750BBF4B922C012B59FE7EDEFB4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 15/383.781-1 e o código de segurança OaLL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 49/54

✓ L

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

#### CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

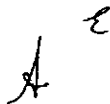
E por estarem assim justas e contratadas, celebram a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 10 de junho de 2015

*[O restante da página foi intencionalmente deixado em branco.]*











8 L

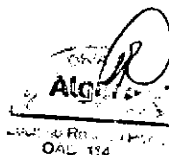
(Página de assinaturas 1/2 do "Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária da Algar Telecom S.A.")

ALGAR TELECOM S.A.

Nome:  
Cargo:

Nome: Luís Antônio Andrade Lima  
Cargo: Diretor de Operações e Tecnologia

Mariane Souza Lemes Parato  
Diretora Financeira e Relações  
com Investidores



8

8



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5525188 em 15/06/2015 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 153837811 - 12/06/2015. Autenticação: C17D43C94A750BBF4B922C012B59FE7EDEFB4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 15/383.781-1 e o código de segurança OaLL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

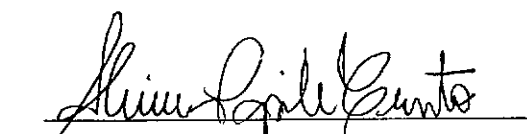
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

8 L

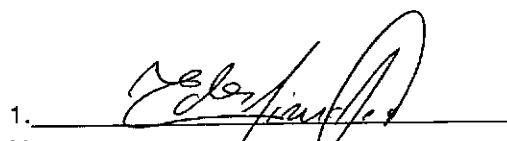
(Página de assinaturas 2/2 do "Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária da Algar Telecom S.A.")

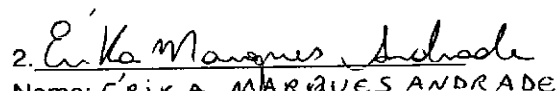
**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

Nome:   
Cargo: **Tatiana Lima**  
**Procuradora**

Nome:   
Cargo: **Aline Cunto**  
**Procuradora**

**Testemunhas**

1.   
Nome: **Eder Lima Leal**  
CPF: **RG: 44.937.712-X**  
RG: **36399180880**

2.   
Nome: **ÉRIKA MARQUES ANDRADE**  
CPF: **034.025.496-38**  
RG: **M7.208.297**





Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

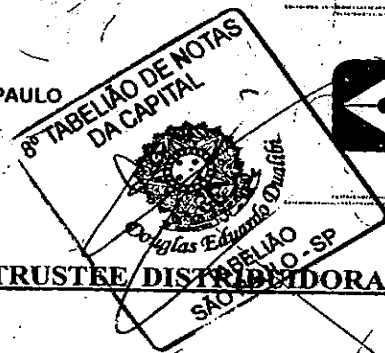
Certifico registro sob o nº 5525188 em 15/06/2015 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 153837811 - 12/06/2015. Autenticação: C17D43C94A750BBF4B922C012B59FE7EDEFB4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 15/383.781-1 e o código de segurança OaLL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

8º TABELÃO DE NOTAS

SÃO PAULO - SP

COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO  
TABELÃO DOUGLAS EDUARDO DUALIBI



Livro: 3.548 Página 383

P05-PLANNER-TRUSTEE-2015

**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:- PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que aos vinte e cinco (25) dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e quinze (2015), em diligência, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, Itaim Bibi, nesta Cidade de São Paulo - Capital, onde chamado vim, e aí, perante mim, Escrevente Autorizado, que esta escreve e o Substituto Notarial que a subscreve, compareceu como OUTORGANTE: - **PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede nesta Capital, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob nº 67.030.395/0001-46, o qual verificado sua autenticidade via internet fica arquivado nestas em pasta própria sob nº 2015/0208, juntamente com a ficha cadastral simplificada de 20.02.2015, com seu Contrato Social Consolidado em 25.05.2012, pela 29ª Alteração Contratual, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob nºs 481.040/14-6, neste ato representada conforme cláusula (sexta) e (sétima) da letra "d", de seu instrumento consolidado, por seus Diretores: **VIVIANE APARECIDA RODRIGUES AFONSO**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 25.073.325-0-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 273.105.798-01, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Coronel Gustavo Santiago, nº 100, 17º andar, apto 172, CEP 03069-030, Tatuapé e **ARTUR MARTINS DE FIGUEIREDO**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.838.951-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 073.813.338-80, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Santa Gertrudes, nº 113, apto. 11, Tatuapé. - Os presentes neste ato identificados por mim tabelião e o escrevente que esta subscreve, através dos documentos de identificação apresentados e supra mencionados, do que dou fé; e, pela outorgante na forma como vem apresentada, me foi dito que, por este público instrumento e melhor forma de direito, nomeia e constitui seus bastante procuradores: **ALINE PAPILE CUNTO**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/SP sob o nº 299.243, portadora da Cédula de Identidade RG nº 33.532.253-0- SSP/SP, e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF/MF nº 222.794.868-06, residente e domiciliada na Cidade e Estado de São Paulo na Rua França Pinto, 789, vila Mariana, CEP 04016-033; **ANA EUGÊNIA DE JESUS SOUZA QUEIROGA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 314.759, portadora da cédula de identidade RG nº 15.46.18.02.000-3-SSP/MA e inscrita no CPF/MF sob nº 009.635.843-24, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Salvador Pedroso, 255, apto 128, Sacomã; **CESÁRIO BATISTA PASSOS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP 346.649, portador da cédula de identidade RG 43.633.91090-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 331.055.908-46, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Bento Alves do Nascimento, nº 110, casa 02, Freguesia do Ó; **TATIANA DE OLIVEIRA LIMA**, brasileira, solteira, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 32.493.835-4-SS-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 120.713.208-08, residente nesta capital na Av. Eliseu de Almeida, 2.046, ap. 42 C, Butantã, CEP 05533-000; e **ZÉLIA PEREIRA DE SOUZA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 228.946, portadora da cédula de identidade RG nº 28.641.925-7-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 272.796.978-36, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Gil Ribeiro, 302, Vila Guilhermina; aos quais conferem amplos e gerais poderes para **AGIREM EM CONJUNTO ENTRE DOIS**



RUA XV DE NOVEMBRO 193 CENTRO  
SÃO PAULO-SP CEP 01013-001  
FONE: 11-32410322 FAX: 11-31061252



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Estado de São Paulo

Página n.º 2

**PROCURADORES E/OU UM DELES COM UM DOS DIRETORES DA OUTORGANTE**, no exercício de suas funções de Agente Fiduciário, Agente Fiscalizador, Agente de Notas, Agente Monitorador, ou, ainda qualquer outra denominação contratualmente lhe atribuída no que tange a: 1) Representar a Outorgante perante as instituições públicas ou privadas dos mercados financeiros e de capitais, incluindo mas não se limitando a BM&FBOVESPA S.A., Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, CETIP S.A. - Mercados Organizados. 2) Representar a outorgante, incluindo mas não se limitando a Cartórios de Títulos e Documentos, Tabelionatos de Notas, Registros de Imóveis e/ou Juntas Comerciais. 3) Assinar todos e quaisquer documentos, mas não se limitando a Escrituras de Emissão de Títulos, Termos de Securitização; Constituição de Garantias Reais, inclusive Escrituras de Hipoteca e Alienações Fiduciárias; Títulos de Crédito; Liberação de Garantias, inclusive reais; Contratos Públicos e Particulares; Distratos; Instrumentos contratuais de financiamento imobiliário; Termos de baixa de Hipoteca e Alienações Fiduciárias. 4) foi emitida a Certidão de Relatório de Consulta de Indisponibilidade - Resultado **Negativo**, expedidas nesta data, no horário: 15:39:34, Código HASH: e3d9.182a.1e30.5539.88be.ff67.d6db.b524.5f52.4a96, e de acordo com o Provimento CGJ/SP número 13/2012 de 14 de maio de 2012. - Enfim, praticar e assinar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato. **O PRESENTE TEM O PRAZO DE 01 (UM) ANO, A CONTAR DESTA DATA.** De como assim o disseram, do que dou fé, pediram-me e lhe lavrei o presente instrumento, o qual depois de feito e lido em voz alta e pausadamente, foi achado em tudo conforme, aceitam e assinam. Eu, **JOSÉ ROBERTO BUENO**, escrevente autorizado, a escrevi. Eu, **DOUGLAS EDUARDO DUALIBI**, Tabelião, a subscrevo. (a.a) **VIVIANE APARECIDA RODRIGUES AFONSO // ARTUR MARTINS DE FIGUEIREDO**. - (Devidamente selada por verbas, na forma da lei). NADA MAIS. Traslada em seguida e conferida por **Dualibi** (J.R.B).- Eu, **DOUGLAS EDUARDO DUALIBI**, Tabelião do 8º Tabelião de Notas desta Capital, o fiz digitar, conferi, dou fé e assino em público e raso. -

EM TESTEMUNHO DA VERDADE



8º TABELIÃO DE NOTAS  
VALOR COBRADO PELO ATO  
Ao Tabelião.....R\$ 216,68  
A Sec Fazend.....R\$ 61,44  
Ao IPESP.....R\$ 45,52  
Ao Reg. Civil.....R\$ 11,38  
Ao Trib. Just.....R\$ 11,38  
A Sta. Casa.....R\$ 2,16  
Total.....R\$ 348,04



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5525188 em 15/06/2015 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 153837811 - 12/06/2015. Autenticação: C17D43C94A750BBF4B922C012B59FE7EDEFB4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 15/383.781-1 e o código de segurança OaLL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL